PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de

avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e Sindicância

CARGA HORÁRIA: 80 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 10 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 45 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Segurança Jurídica e Ética na Gestão Pública em PAD e Sindicância

A condução de processos correicionais exige um equilíbrio milimétrico entre o poder disciplinar do Estado e as garantias fundamentais do cidadão. O curso Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e Sindicância oferece uma atualização técnica profunda, essencial para membros de comissões, advogados e gestores públicos. Em um cenário de crescente fiscalização e reformas legislativas, como a Nova Lei de Improbidade Administrativa, dominar os ritos processuais e a teoria geral disciplinar é o único caminho para evitar nulidades e assegurar a justiça administrativa.

Benefícios Estratégicos e Aplicabilidade no Mercado Atual

Ao ingressar nesta formação, o profissional adquire uma vantagem competitiva crucial ao dominar as interseções entre o direito administrativo clássico e as demandas contemporâneas. O programa capacita o aluno a conduzir desde sindicâncias investigativas até processos punitivos complexos, sempre pautado na jurisprudência atualizada sobre prescrição intercorrente e independência das instâncias. Em um mercado de trabalho que exige eficiência e integridade, este conhecimento permite uma atuação segura em casos sensíveis, como assédio moral e sexual, garantindo que o devido processo legal seja respeitado sob a égide dos princípios da moralidade e eficiência.

Inovação Tecnológica e Conformidade Legal nos Processos

A metodologia diferencia-se ao integrar temas disruptivos, como o impacto da LGPD no tratamento de dados de investigados e o uso estratégico da Inteligência Artificial na triagem de denúncias e análise de provas. O curso detalha como as novas tecnologias podem otimizar o fluxo processual sem comprometer a ética ou gerar vieses algorítmicos. Com uma carga prática baseada em estudos de casos reais e simulação de portarias, o aluno desenvolve a habilidade de redigir relatórios conclusivos e aplicar sanções com fundamentação jurídica inabalável, preparando-se para os desafios da Administração Pública 4.0.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

AGENTES PÚBLICOS E O REGIME CONSTITUCIONAL DE INVESTIDURA
Introdução; Conceito e Classificação dos Agentes Públicos; Requisitos Básicos para Investidura; Conceito e Exceções ao Concurso Público; Prazos de Validade dos Concursos; Direito de Greve dos Servidores; Estabilidade e Estágio Probatório;
SISTEMA REMUNERATÓRIO E REGRAS DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS
Introdução; Modalidades de Remuneração; Indenizações, Gratificações e Adicionais; Regime de Subsídios e Tetos Remuneratórios; Acumulação de Cargos e Empregos Públicos; Situações de Permissividade e Efeitos da Acumulação; Convalidação Constitucional;
REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
Conceitos Iniciais; Função Administrativa e Princípios do Regime Jurídico; Legalidade; Finalidade; Moralidade; Presunção de Veracidade; Especialidade; Razoabilidade e Proporcionalidade; Motivação; Controle Judicial, Administrativo e Autotutela; Continuidade; Ampla Responsabilidade do Estado; Eficiência; Devido Processo Legal e Segurança Jurídica;
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO
Órgãos Públicos e sua Classificação; Competências Públicas; Administração Pública Indireta; Entidades Paraestatais e Terceiro Setor; Reforma Administrativa e Agências Reguladoras; Poderes Administrativos; Poder de Polícia e Atividades de Fomento;
ATOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇO PÚBLICO
Conceitos Iniciais; Elementos e Atributos do Ato Administrativo; Classificação dos Atos Administrativos; Elementos do Serviço Público; Atividades Essenciais e de Delegação; Princípios Específicos do Serviço Público e suas Formas de Execução;
TEORIA GERAL DISCIPLINAR E GARANTIAS PROCESSUAIS
Regime Disciplinar e sua Natureza Jurídica; Direitos Fundamentais dos Servidores; Restrições a Direitos; Observância do Devido Processo Legal no Âmbito Administrativo; Garantias de Contraditório e Ampla Defesa na Esfera Disciplinar;
VERIFICAÇÃO PRELIMINAR, SINDICÂNCIA E PAD
Verificação Preliminar; Sindicância Investigativa; Sindicância Acusatória, Punitiva ou Contraditória; Processo Administrativo Disciplinar – PAD;
SUJEITOS DO PAD E DA SINDICÂNCIA
Funções Estatais; Sujeitos do PAD e da Sindicância; Denunciante; Autoridade Instauradora; Comissão Processante; Acusado;

Autoridade Julgadora;

OBJETO DO PAD E DA SINDICÂNCIA

Responsabilidade na lei número 8.112 de 1990; Objeto do PAD; Exercício das Atribuições; Sanções da lei número 8.112 de 1990; Uso Indevido do Cargo; Proteção à Intimidade e à Vida Privada; Autonomia dos Ilícitos; Revisão Processual;

FASES DO PAD

Fases da Sindicância Punitiva e do PAD; Instauração; Inquérito; Julgamento;

DISPOSIÇÕES GERAIS DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Introdução; Improbidade Administrativa; Agentes Públicos; Sanções Aplicáveis; Espécies de Ato de Improbidade;

DOS ATOS E DAS SANÇÕES

Introdução; Poderes da Administração; Enriquecimento Ilícito; Prejuízo ao Erário; Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário; Violação aos Princípios da Administração Pública; Sanções Cabíveis; Ministério Público;

AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E MEDIDAS CAUTELARES

Introdução; Ação de Improbidade Administrativa; Tutela Provisória; Tutela Provisória de Urgência; Tutela de Evidência; Espécies de Medidas Cautelares;

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Introdução; Conceito; Espécie; Princípios; Instauração do Processo; Competência; Impedimento e Suspeição; Atos do Processo; Instrução; Desistência;

SINDICÂNCIA - PROCEDIMENTO E FINALIDADES

Conceito e Natureza Jurídica: Distinção entre Sindicância e Inquérito Administrativo; Modalidades de Sindicância: Sindicância Investigativa; Sindicância Acusatória; Finalidades e Limites Punitivos: Quando a Sindicância é obrigatória; Penalidades Máximas aplicáveis; Rito e Prazos: Instauração; Composição da Comissão Sindicante; Prazo legal para conclusão e prorrogação; Garantias Processuais: Exigência de Contraditório e Ampla Defesa; Dispensa de defesa técnica; Conclusão da Sindicância: Sugestões ao Julgador;

OBSERVÂNCIA DA LGPD NO PROCESSO DISCIPLINAR

Tratamento de Dados Pessoais de Investigados e Denunciantes; Sigilo das Investigações em face da Transparência; Segurança da Informação em Autos Eletrônicos; Impacto da lei número 13.709 de 2018 no Acesso a Provas Telemáticas; Nulidades por Tratamento Inadequado de Dados Sensíveis;

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PAD E NA SINDICÂNCIA

Aplicações de IA na Triagem de Denúncias; Uso de Ferramentas Automatizadas para Análise de Provas; Ética e Transparência no Uso de Algoritmos; Validade Jurídica de Relatórios Gerados por IA; Riscos de Vieses Algorítmicos no Julgamento Administrativo;

ESTUDOS DE CASOS

Independência das Instâncias Penal e Administrativa na Jurisprudência; Prescrição Intercorrente após a lei número 14.230 de 2021; Nulidades por Vício de Competência; Casos de Assédio Moral e Sexual: Ritos e Provas; Jurisprudência sobre o Uso de Prova Emprestada;

BATERIA DE EXERCÍCIOS DE REVISÃO E FIXAÇÃO

Questões Objetivas sobre Prazos e Ritos; Simulação de Portarias e Relatórios; Questões Discursivas com Fundamentação Jurídica; Exercícios Práticos sobre Impedimento e Suspeição; Resoluções Comentadas para Fixação;